FORUM 22, Jul-Dez 1997, Pág. 93-117

Tolerância e aceitação da diferença *
Reflexões, perplexidades, preocupação. Subsídios dispersos

António Henrique Rodrigues Maximiano

1
Explicação necessária

Onde estou? Porque estou? Que venho fazer?

Estou na Universidade do Minho.

A Universidade é, a meu ver, essencialmente um espaço de pensamento, de crítica, de criatividade e criação.

Daí que nada venha ensinar ou sequer dizer.

Com efeito, o propósito é pensar convosco o que escrevi, ao correr da pena, sobre um tema e uma problemática que outros, especialistas, sabedores e cultos, desde sempre têm tratado e publicado.

Estou também nas Bibliotecas pela Diferença.

---

* Texto da conferência realizada a convite da Biblioteca Pública de Braga, no dia 27 Nov. 1997, integrada no ciclo "Bibliotecas pela Diferença".

Nas bibliotecas se acumulam os registos do conhecimento e do pensamento adquirido a que todos vós tendes acesso.

Mas, se é pela Diferença, então eu posso vir aqui transmitir o subtítulo que acrescentei, porque não sou obrigado, nem tenho condição, a um registo de erudição e posso fazer o que gosto, falar convosco sobre as minhas inquietações quanto à tolerância e à aceitação da diferença, na perspectiva de um simples cidadão, de uma pessoa com tudo o que isso significa de racional e de emocional, sem estereótipos.

Porque estou aqui?

Creio, sinceramente, porque o problema existe e, assustadoramente, foi necessário defender o direito fundamental à dignidade da pessoa, inclusive com coragem física, no Estado de Direito Democrático Português, do pós 25 de Abril e na viragem do século.

Fê-lo Pedro Bacelar de Vasconcelos.

A minha actividade profissional, desenvolvida na defesa intransigente dos direitos do Homem e do cidadão, foi um contributo decisivo, creio, também, para a minha presença aqui.

Compreendo o que dizia Pedro Bacelar de Vasconcelos, ao Diário de Notícias de 12.09.97:

«Porque foi para a guerra que me mandaram como castigo pela imprudência de ter denunciado a sua intrínseca injustiça.»

Estávamos na ditadura quando Zéca Afonso cantava:

«Chamaram-me um dia cigano e maltês
Menino não és boa rês»

Não posso compreender que, conquistada a liberdade, em democracia, em Portugal a defesa da dignidade das pessoas seja considerada um facto gerador de polémicas e a impor este debate.

Mas então, a tolerância e a aceitação da diferença não são algo de adquirido pelo Homem e pela comunidade em que se insere?

Por estranho e chocante que pareça, a resposta é não.

Por isso estou aqui para dizer, ou seja, falar e pensar.

Para aqueles que entendam que a palavra é forma e porque não tenho melhor resposta, utilizo o verso de Ary dos Santos:

«O jardim das palavras tem aromas»

ou

«O passado é já bastante.
Vamos passar ao futuro»

ou ainda,

«Isto vai meus amigos isto vai»

e ainda

«quando a água de Abril sobre nós cai»

Que venho fazer?

Creio que já o disse.

Reflectir, ao correr da pena.

E isto porque filósofos, pensadores, políticos, historiadores, religiosos, sociólogos e até juristas, sábios desta temática, o que não é o meu caso, já disseram e já escreveram, desde sempre, o que se poderia dizer sobre o tema.

A minha formação e as minhas leituras pouco ou nada têm a ver com erudição ou ensaio sobre a tolerância e a aceitação da diferença e não quis escrever

uma abordagem de tonalidade jurídica, que poderia até ser interessante, sobre esta temática.

Tenho uma apetência insaciável pela observação e pelo pensamento como forma não de passar, mas de ganhar tempo.

É a resultante, dispersa, desta minha atitude que aqui vos trago para convosco pensar

E sentir.

Pensar e sentir porque tenho um polegar oponível e, por isso, sou um primata, animal racional, uma pessoa.

Uma primeira nota curiosa tirámo-la de José Bada, *"La tolerância entre el fanatismo y la indiferencia"*, (1996), que registando o homem como um animal simbólico, informa que foram os gregos que primeiro o definiram como animal racional, ou seja, dotado de logos, de palavra e pensamento.

Sabendo-se que a cultura grega clássica consubstancia uma cultura e uma civilização de tolerância, sem esquecer a excepção da prisão e morte de Sócrates, por pensar diferente, não deixa de ser significativo que os gregos, como refere José Bada, após definirem o homem nos termos referenciados, chamassem de bárbaros a todos quantos não falavam como eles.

Consta que o termo terá sido inventado por Homero para se referir aos habitantes da Ásia Menor que, na sua fala, emitiam, aos ouvidos dos gregos, um "bara bara" semelhante ao canto dos pássaros nos bosques.

No entanto, os gregos tinham escravos, ao passo que na civilização inca os vencidos eram integrados, desde que se abstivessem de sacrifícios com vidas humanas e aprendessem a língua dos vencedores.

2
Fim da explicação necessária

Que sei eu disto?

Quem sou eu para estar aqui?

Quem somos nós, cidadãos deste País, para praticarmos a intolerância e a não aceitação da diferença?

Porque é que uma pessoa, singular, grande poeta, Vinícius de Moraes, escreve um poema *"Receita de mulher"*, com o verso:

«... que tenha a atitude mental dos altos píncaros»

Porquê um homem define o que **deve** ser uma mulher?

O homem tem, por adquirido, que é um ser racional, expressão modernista que obnubila a originária e verdadeira de que é um animal racional, mas, no entanto, dá-se ao luxo no que é suposto ser um hino à mulher, de defini-la numa receita pura e simples.

A mulher **deve** ter a atitude mental dos altos píncaros?!

O homem tem-na?

Por definição?

Não somos todos iguais e dissemelhantes?

Pessoas?

Não compartilho da asserção todos iguais e todos diferentes.

A expressão diferente é o oposto, a antítese, da igualdade.

A dissemelhança, aos meus ouvidos, exprime a igualdade sem identidade, sem clonagem.

Ser idêntico não exclui, antes comporta, ser dissemelhante, é essa a realidade, a meus olhos.

A pessoa, não o homem ou a mulher, é igual por ser pessoa, dissemelhante, na sua informação genética, na sua cromática, na sua cultura, na sua civilização, na sua cor e por aí fora.

Igual por ser pessoa, dissemelhante por não ser idêntica como pessoa concreta.

Mas então, não é uma forma de exclusão, de não aceitação da diferença, receitar mulher?

E que dizer da expressão direitos do Homem e não da utilização da expressão direitos da pessoa?

E não é uma expressão de intolerância a situação de maus tratos às mulheres e às crianças?

E a questão, publicitada, dos meninos das caixinhas na Ilha da Madeira, ou das crianças de Câmara de Lobos angariando "fundos", como hoje se diz, para sustentar os progenitores?

E que dizer do estudo de Graça Machel, a pedido das Nações Unidas, segundo o qual mais de dois milhões de crianças foram mortas, na última década, em conflitos armados em todo o Mundo?

Nesse estudo, refere-se ainda que, no ano de 1995, trinta grandes conflitos armados se registaram no planeta, mas, o que é mais assustador, é que foram conflitos no interior de Estados e protagonizados por facções divididas por conceitos étnicos, religiosos ou culturais.

E o trabalho infantil?

São pequenas coisas, eu sei, mas têm dignidade, existem, e o mundo, o planeta, na minha opinião, pertence aos homens normais, comuns, e esses confrontam-se no quotidiano com estas realidades, que talvez não sejam

pequenas coisas, mas, se ainda assim o forem, também considero que a vida, o mundo e a história, são feitas de pequenas coisas que não de pequenos nadas, porque a história resulta da acção dos povos, daí as estátuas ao soldado desconhecido, e não de heróis, meros acidentes de percurso.

Porque acredito nos jovens e porque a breve trecho todos seremos irremediavelmente do século passado, a tolerância, a aceitação da diferença, a solidariedade entre as pessoas concretas será, optimisticamente, o ponto de encontro, marcante, no século XXI.

Sou, acredito e luto pelo optimismo, pela solidariedade e pela esperança entre e das pessoas.

Por isso e nesta medida, eu repito a frase de Agostinho da Silva:

«Tenho saudades do futuro»

Talvez por medo, admito, recuso a tese de Samuel Huntington, professor da Universidade de Harvard, Estados Unidos da América, e o seu choque das civilizações.

Comungo, com Roger Garaudy, do diálogo das civilizações.

É optimismo, eu sei, porque a lição histórica está plena de comportamentos individuais e sociais de intolerância e recusa da diferença.

Mas, entendo, que não há inevitabilidades históricas e, sobretudo, acredito no homem como animal racional.

A pessoa é um complexo de aspectos que, como assinala António Damásio no seu livro *"O Erro de Descartes"*, desempenham um papel na razão humana e, nesse complexo de aspectos, figuram, sem dúvida, a emoção, sentimento e regulação biológica.

Por isso que este autor escreve:

«As ordens de nível inferior do nosso organismo fazem parte do mesmo circuito que assegura o nível superior da razão.»

Num aparte, devo dizer-vos que não sei se **"penso logo existo"** ou se **"existo logo penso"**.

O que sei, neste momento, é que isso não é importante.

O importante é a tolerância e a aceitação da diferença.

A questão está no facto de ser racional porque não me consta que os animais, não racionais, se tenham expresso, no seu percurso, com intolerância ou recusa da diferença.

Será porque não pensam?

Repescando elementos sobre Portugal, hoje,:

«Outro é o tempo
outra a medida
....
tanto país
e tão pouco»

ou

«O homem tem um rosto e tem um nome
....
E às vezes só a fome
é farta»

ou

«quem me quiser procure na fronteira
eu sou de algures entre o azul e Espanha»

ou ainda

«e o meu país é esse além
entre o vento e a seara
na terra de ninguém»

e também,

«Eu gosto dos caminhos para o sul
onde passa o cigano e a rola brava.»

e,

«Como os ciganos entre sul e viagem
do outro lado do rio
como os ciganos somos de outra margem.
Nosso amor é de bala e desafio
e todos os amantes são raianos
como os ciganos de passagem
como os ciganos»

e, por fim,

«Eu sou o irregular o vagabundo o erradio
eu sou da errância e da distancia e da errática
e proibida margem de outro rio»

Tudo isto escrevia Manuel Alegre no seu *"Alentejo e Ninguém"* (1996).

Mas também escrevia:

«Verás o rio. E talvez
o azul. Não
o de mararmé: soma de branco
e de vazio»

Sigamos.

Num relance pelo Portugal de hoje, é significativo o texto de Eduardo Maia Costa, escrito em 1991, na Revista do Ministério Público n.° 46.

Resulta claro ser clássica a atitude discriminatória que sempre teve o Estado Português face aos ciganos, resultante do sentimento de desconfiança e rejeição que a sociedade portuguesa sempre manifestou por esta etnia.

Sabe-se que a incontestada percentagem hoje existente em Portugal de população católica, resulta de um processo de assimilação da cultura moura e dos judeus, neste caso, integrados de forma violenta.

Bem vistas as coisas, seremos quase todos cristãos novos e moçárabes.

Mas, das várias minorias étnicas e religiosas que existiram em Portugal no final do século XV, só os ciganos sobreviveram, mantendo uma cultura própria e a sua identidade.

Desde sempre alvo das queixas dos povos e de medidas persecutórias, tais como, recusa de entrada, expulsão, deportação, inclusive pena de morte.

Não obstante, eles continuam na sociedade portuguesa e, no Sul, são mesmo um elemento da paisagem humana identificadora da região, como comprova, também, o já referido poema de Manuel Alegre.

Seguindo a resenha de Maia Costa, o Alvará de 13 de Março de 1526, de D. João III, determina a recusa de entrada e a expulsão dos ciganos; em 1538 acrescentam-se os açoites; em 1557, Lei de 17 de Agosto, prevê-se a condenação às galés e D. Sebastião, pela Lei de 14 de Março de 1573, reafirma a política de expulsão.

Em 1579, D. Henrique permite a concessão de licenças de residência, desde que vivam em bairros separados, mas já em 1592, pela Lei de 28 de Agosto, se comina a pena de morte para os ciganos encontrados a vaguear.

Esta constante tem desenvolvimentos que no texto que vimos seguindo se registam.

Com D. João IV, a política cigana do Estado Português inicia a sua deportação para as conquistas, passando a ser Angola, Cabo Verde e, sobretudo o Brasil, o seu ponto de destino.

No Brasil, registam-se os comportamentos incomodativos dos cidadãos, como se afere do Alvará de 20 de Setembro de 1760.

No entanto, a partir da Lei 1686, Portugal passa a tolerar a presença dos

ciganos naturais, filhos e netos de portugueses, desde que com domicílio e integrados socialmente.

Com uma ou outra flutuação, a legislação portuguesa foi sempre de exclusão, de intolerância, de não aceitação da diferença, da minoria étnica cigana.

Pina Manique procurou, em 1800, a integração dos filhos de ciganos vagabundos, internando-os na Casa Pia, para os instruir na moral cristã e para aprenderem as artes e ofícios.

Todo este processo nunca conduziu à integração desta minoria étnica, muito menos à sua "domesticação" ou exterminação.

Isto, representa a capacidade de resistência de um povo e de uma cultura e das pessoas que a integram.

Numa manifestação exemplar, a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional eliminam a desigualdade em função da raça, reconhecem a cidadania portuguesa aos ciganos nascidos em território português, que só podem ser perseguidos, como os outros, se cometerem crimes e, daí que, no Código Penal de 1852, ser cigano, ainda que vagabundo, já não constitui crime.

Mas, não há uma total equiparação da condição de cigano à de cidadão português, passando-se a um sistema de medidas administrativas e de "vigilância especial", prevista na Portaria Circular de 18 de Abril de 1848 e nos Regulamentos da GNR de 1920 e, pasme-se, de 1985, no Estado de Direito Democrático Português. E, aqui, cabe perguntar se não é o Estado Democrático a dar um mau exemplo de intolerância e de não aceitação de uma minoria étnico-cultural que sempre reagiu à integração.

Como é possível, pois, fazer desaparecer as reacções populares, mais violentas, que têm a ver com o sentimento constante da sociedade civil sobre a etnia cigana, tradicionalmente identificada com o nomadismo, o andar a monte, o furto, a trapaça e a aldrabice, como bem informa Maia Costa, e os autores que cita?

Mas o mais impressionante, no caso Português, é o que consta do Acórdão

do Tribunal Constitucional n.º 452/89, de 28.06.89, sendo elucidativos os votos de vencido subscritos por Vital Moreira, José Magalhães Godinho e Luís Nunes de Almeida.

Esse Acórdão surgiu por iniciativa do Procurador-Geral da República, que pretendia a declaração de inconstitucionalidade do artigo 81º do Regulamento da GNR de 1985, por violar o princípio constitucional da igualdade, uma vez que incumbia à GNR levar a cabo "especial vigilância" sobre os "nómadas", sendo que era dos ciganos que se tratava.

A decisão do Tribunal Constitucional foi apenas a de inconstitucionalizar a parte do normativo que permitia as buscas habitacionais e em caravanas de "nómadas" sem autorização da autoridade judiciária e sem as limitar ao período diurno, o que violava o artigo 34.º da Constituição.

Mas, manteve-se o regime de especial vigilância.

Isto em 1985!

Onde está Abril de 74?

É tanto mais chocante quanto no Regulamento da GNR de 1920 o regime era praticamente idêntico, embora, nesse Regulamento, se chamassem ciganos e não nómadas "aos ciganos", regime esse que a Resolução n.º 179/80 do Conselho da Revolução declarou inconstitucional, sob parecer da Comissão Constitucional, por violação do artigo 13º da Constituição, em virtude de constituir uma discriminação em razão da raça.

É sentimento popular o de associar esta etnia à criminalidade e à vadiagem, que o Estado Português sempre cobriu na sua legislação, o que não é aceitável do ponto de vista da tolerância e dos direitos do Homem, como se reconhecia na Constituição de 1822 e como se reconhece na Constituição da República, de 1976, num país subscritor da Declaração Universal e dos demais pactos relativos aos direitos humanos.

Não é aceitável a identificação de uma etnia, só por si, com um estatuto de perigosidade criminal a impor soluções de exclusão e muito menos pelo facto do seu nomadismo.

O princípio da igualdade e da não discriminação impõe solução diversa e o fim da cobertura pelo ordenamento jurídico português de posições de intolerância.

Sobre esta etnia um registo mais.

No dossier especial do Courrier International, n.º 364, de 23 a 29 Outubro de 1997, tratava-se dos ciganos - *"Nascimento de uma Nação"*.

Nesse artigo, alguns elementos são importantes referir.

Assim:

Em 1997, foi beatificado o cigano "El Pelé", que havia sido fuzilado em Espanha, pelos republicanos, em 1936.

Em 1992, entre os Governos Alemão e Romeno, é celebrado um acordo segundo o qual a Alemanha paga à Roménia 30 milhões de marcos para "recambiar" os ciganos.

O genocídio hitleriano determinou a edificação de um monumento, em Berlim, dedicado às vítimas dessa exclusão mas, esse monumento, é exclusivamente dedicado à memória dos judeus, sem evocação das centenas de milhares de ciganos exterminados por "não merecerem viver".

A nação cigana, com um total de seis a oito milhões de pessoas, tem, em Portugal, quarenta a cinquenta mil, cerca de 0,5% da nossa população, no nosso território, mas não é uma nação muito mais pequena que a nossa.

Alguns, como os nossos portugueses europeus brancos, cometem crimes, outros, como refere Manuel Alegre, integram pacífica e socialmente as paisagens do Sul.

Se somos dez milhões, podemos nós, portugueses, considerar os ciganos uma minoria étnica?

A questão da minoria étnica não é a questão da quantidade num espaço geográfico determinado.

Os chineses são várias vezes o número dos americanos.

Por estarem em menor número nas "china towns", são uma minoria étnica?

A meu ver, a questão é outra, que retomarei, a questão é a do poder, associado inevitavelmente ao saber, hoje, à informação e à dominação sócio-económica e financeira.

Por agora é tudo.

Também os fenómenos de racismo pela cor vêm surgindo, na sociedade portuguesa, com alguma preocupação, em especial relativamente a africanos de raça preta.

Começa mesmo a gerar-se a ideia, nalgumas zonas, de que são os pretos que integram os bandos de vandalismo urbano ou suburbano, de que são os cabo-verdianos os faquistas.

É preocupante.

Dois registos me ocorrem aqui fazer.

Um, relativamente ao nomadismo e à minoria étnica, aspectos predominantes na problemática dos ciganos e, outro, relativamente à problemática dos pretos vivendo e trabalhando em Portugal.

Nomadismo.

Que conceito?

Para nós, amplo, sem restrições à permanente saga de um estar e passar.

Nomadismo não é só a ausência de habitação fixa, é, para mim, a permanente busca noutros locais.

E quem somos nós portugueses para a exclusão dessa busca de outros destinos, nunca perenes e sempre transitórios e efémeros, como a vida das civilizações e dos homens?

Então não fomos nós que corremos as sete partidas do mundo?

Que estivemos em Dadra, Ngar Aveli, S. João Baptista de Ajudá, Ceuta e Ormuz, na África, na Ásia, em Malaca onde ficou o patuá, nos Brazis e na Oceânia?

Não chegámos ao Ceilão? Sri Lanka?

Não levámos a pólvora da China para o Japão?

Não foi daí que Wenceslau de Moraes escreveu?

E não continuamos hoje emigrando e percorrendo as sete partidas do mundo?

E Timor?

E, quanto aos pretos, que aqui vêm hoje buscar, com o seu trabalho, o pão que o Diálogo Norte-Sul lhes não concede nos países de origem onde nós estivemos, não são eles, emigrantes, como os portugueses, que construíram, ou, se quiserem, reconstruíram economias como as da França ou da Alemanha, vivendo nos bidonville, em busca desse mesmo pão?

Não somos nós emigrantes?

«Parte de noite e não olha
os campos que vai deixar»

ou,

«Pergunto ao vento que passa notícias do meu país»

ou,

não fomos nós que fomos,

«colher no mar o fruto nunca semeado»?

ou, decididamente,

«Vi minha pátria derramada
na Gare de Austerlitz. Eram cestos
e cestos pelo chão. Pedaços
do meu país.
Restos.
Braços.
Minha pátria sem nada.
Sem nada
despejada nas ruas de Paris»

É verdade, todos sabem, cantava Manuel Alegre.

Penso, gritava, animal racional, com raiva.

Não é esta a saga dos pretos que aqui temos e dos pretos, leia-se, objecto da intolerância e da não aceitação, que também fomos e continuamos a ser?

Continuamos a ser? Sim.

Numa publicação da Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem, francesa, de 1996, sobre a luta contra o racismo, xenofobia, exclusão e direitos do homem, constata-se na resposta a uma sondagem sobre as principais vítimas do racismo e xenofobia em França, que os Europeus dos Países do Sul, Portugal, Espanha, Itália e Grécia integram também as vítimas do racismo e da xenofobia.

Nessa publicação, impressiona o facto de as principais vítimas do racismo e da xenofobia em França, em 1996, serem as pessoas do Magrebe e, sobretudo, os franceses (filhos) do Magrebe.

Note-se, franceses.

A questão, já não é de nacionalidade.

Seguem-se os pretos africanos e os ciganos, mas são igualmente objecto desta atitude, os judeus, os antilhanos, os europeus da Polónia e da Roménia, asiáticos e, como já se referiu, europeus do sul, onde se incluem os portugueses.

É impressionante.

É preciso combater.

Nós temos responsabilidades históricas neste combate, porque é disso que se trata, contra a intolerância e a não aceitação da diferença.

A questão é a de saber como e que perspectivas de futuro, sobretudo, face ao ensinamento histórico da intolerância.

Esta tem assumido cargas de intolerância política, levadas ao extremo, no propósito de limpezas étnicas, de verdadeiros genocídios.

Sem dúvida, o nazismo hitleriano, a situação na ex-Jugoslávia e a dolorosa situação do povo Maubere de Timor Leste.

Que civilização?

Retirando da memória leituras antigas, e isto poderia ser a frase final desta comunicação, um chefe índio, Seattle, escrevia em 1854 ao Grande Chefe (porque branco) Branco de Washington uma carta onde se pode ler:

«Sou um selvagem e não compreendo outro modo de vida.
Tenho visto milhares de bisontes.
Apodrecendo nas pradarias, mortos a tiro
pelo Homem Branco, da janela
de um comboio em andamento.
Sou um selvagem e não compreendo
como é que uma máquina fumegante
pode ser mais importante que o bisonte
que nós só matamos para sobreviver.
Que seria do homem sem os animais?»

e adiante, escrevia:

«Se os homens cospem no solo, cospem em si próprios»

A resposta a esta carta termina assim:

«Estamos na sobrevivência, perdemos a vida.
Mas se te entendermos, talvez possamos reencontrá-la»

Mas, há uma frase anterior a este final que considero da maior importância:

«Talvez, na nossa queda, possamos perceber o caminho que nos apontaste»

Respondia ao Pele Vermelha George Washington.

Temos de ter consciência da desindianização norte-americana e de perguntar onde estão os aborígenes da Austrália.

São os pretos ou negros uma minoria étnica ainda que cidadãos americanos?

A verdade é que existe uma publicação (Hélio Osvaldo Alves; Pedra Formosa; Colecção Citânia, 1997) de poemas e escritores negros norte-americanos com o título:

"Também eu sou a América".

Na introdução pode ler-se:

«A escrita silenciada, por outro lado, raramente se alimenta de silêncios e, por isso mesmo, sofre o seu destino. Silenciada por não ser silenciosa, espelha uma sociedade e um tempo, ou um sentir individual socialmente comprometido dentro dessa mesma sociedade e desse mesmo tempo.»

Difícil se torna escolher o poema, mas escolhi:

Título:

«Romper do dia no Alabama.»

Autor: Langston Hughes, 1959.

Texto:

«Quando for compositor (os ciganos estiveram presentes em Verdi, no Trovador, onde a cigana com os olhos em sangue por olhar os filhos brancos do conde foi condenada à morte pela fogueira)
Vou compor uma música sobre
O romper do dia no Alabama
...
De gente negra e branca negra branca negra
E vou lá pôr mãos brancas
E mãos negras e mãos castanhas e amarelas
E mãos de terra de barro vermelho
Que toquem em toda a gente com dedos amigos
...
Nessa aurora de música quando eu
For compositor
E escrever sobre o romper do dia
No Alabama»

Conhecem-se outras formas de exclusão política, de intolerância, sem implicarem genocídios, no que chamamos de cultura ocidental, sem esquecer que o sistema democrático representativo é aquele que detém as mais favoráveis condições objectivas para uma concepção personalista do direito e da vivência social.

Mesmo assim, inclui intolerâncias e exclusões.

Como acentua Primo Mazzolari in, *"Sobre a Tolerância e outros Ensaios"* (Morais Editora, 1965):

«Os intolerantes, fascistas e anti-fascistas, resolvem a dificuldade pelo processo habitual: "Ou connosco ou contra nós.
Se sois contra, liquidamo-vos"
Depois, é como se o caminho tivesse sido lubrificado.»
...
«A democracia é um governo de homens livres e honestos.
É necessário um povo digno para implantar uma boa e verdadeira democracia.»

Adiantando, com este registo, o meu pensamento, eu diria, relativamente a nós, com este autor:

«Agora, que estamos de novo livres em nossa casa, devemos por mãos à obra se queremos dar uma base humana à nossa liberdade.»

Tenhamos presente, também, que a implementação da defesa intransigente do que consideramos serem os direitos do Homem é válida, mas não pode ser um processo de imposição de valores a outras culturas e, ou, civilizações.

Terá de ser, a nosso ver, um diálogo de homens e um diálogo de civilizações, na linguagem de Roger Garaudy.

Também da intolerância religiosa temos os permanentes registos históricos, dos quais a inquisição não será, certamente, o menos relevante.

Há que ter presente, e repito, que o dominante catolicismo português de hoje é a resultante dos esmagamento das culturas muçulmana e judaica.

Na modernidade, é impressionante a situação do fundamentalismo islâmico, entre e fora de fronteiras.

Que civilização?

Que civilizações?

Que criou o homem e que futuro no século XXI?

Não é também a idade um factor de exclusão de intolerância e da não aceitação em certas culturas e civilizações?

Não incomodam hoje os velhos que, sem quaisquer peias, são colocados em estabelecimentos de terceira idade, luxuosos para quem pode, como se fosse possível lavar as consciências?

Culturas houve, desconheço se permanecem, em que os velhos eram levados para a serra para aí morrerem.

Então, mas não é verdade que nas civilizações orientais o mais velho merece o máximo respeito por ser exactamente o mais velho? E também em África?

Filósofos e pensadores têm alertado para a problemática da intolerância e da aceitação ou não aceitação da diferença.

Organizações nacionais e internacionais desdobram-se nesta luta contra a discriminação.

De todo este esforço que o Ocidente lidera e pretende impor, os resultados são escassos, como se vê, mesmo no seio da cultura e da civilização ocidental.

A questão da tolerância é a questão do poder inquestionavelmente associada ao do saber, hoje, ter a informação, por isso que é também uma manifestação evidente da não tolerância, a discriminação meramente social.

Esta tem expressões simbólicas na nossa linguagem como, os pacóvios, os ratinhos ou os saloios e caramelos.

O factor cromático, o factor étnico, como nos ciganos, é importante, mas o factor da superioridade social trazida pelo saber e pelo poder é, nas pessoas, nas culturas e nas civilizações, a meu ver, claramente proeminente.

Para quem viu *"Adivinha quem vem jantar"* o preto passou a branco por ser médico.

É uma questão de poder.

Contudo, admito, que as diferenças étnicas e culturais se acicatam em momentos conjunturais como hoje, em Portugal.

Acontece com o incómodo provocado pela identificação das comunidades ciganas, tomando o todo pela parte, associadas ao tráfico de droga, ou, pelas comunidades africanas, associadas ao banditismo de grupo que não é senão uma forma, de entre muitas, de auto-defesa da sua situação minoritária no espaço de poder dos portugueses brancos.

A Europa está envelhecida e não procria.

Os povos do Sul procuram o pão no Norte.

As civilizações mundiais deslocam-se e entrecruzam-se em plataformas étnica e culturalmente diferenciadas.

A religião aí está nos Países Árabes e na pequena Irlanda do Norte.

Num Mundo interactivo e de elevada tecnologia com acesso imediato à informação, o poder descentrou-se dos Estados Nações e dos centros de decisão política para os centros de decisão económica.

Qual o papel do Homem no mundo que criou?

Que solução?

A questão é a de saber como resolver, com eficácia.

Não sei como. Ainda bem.

Mas sei que um valor é inerente ao homem como pessoa, a dignidade.

Se a tolerância é a aceitação do que se recusa ou rejeita, então só as ideias, as coisas e as situações podem ser objecto de tolerância.

As pessoas, pelo facto de o serem, todas iguais e dissemelhantes, não podem ser objecto de tolerância mas de aceitação.

A dignidade inerente à personalidade não é rejeitável ou recusável.

É aceitável, por essência, mesmo que nos incomode.

O homem concreto tem de olhar para a sua dignidade e assumir a consciência daquilo que é e só olhando dignamente o seu igual e dissemelhante não se indignifica.

O homem tem de parar para pensar, para se olhar e dominar, assim, consigo e com os outros, aquilo que criou.

O processo educativo e o lar são locais privilegiados para esse começo.

O seu desenvolvimento negará o conceito de que ***«o Estado é uma sociedade de homens constituída unicamente com o fim de conservar e promover os seus bens civis»***. – John Locke, *"Carta Sobre a Tolerância"*, Textos Filosóficos, Edições 70.

Ninguém nasce tolerante, a tolerância resulta de um processo de aprendizagem na necessidade da convivência social.

A tolerância não é um direito fundamental do homem, mas a intolerância viola um direito fundamental do homem, o seu direito à dignidade.

Mas não pode confundir-se tolerância com complacência ou permissividade.

Há que ter tolerância activa, querendo com isto significar que a tolerância deve ser uma atitude e não uma omissão, por isso que quando estão em causa valores fundamentais como o direito à liberdade e à dignidade, não constitui tolerância mas sim cumplicidade o acto de não reagir a essas atitudes.

Por isso Papon está a ser julgado em França.

Atente-se que o que escrevo são pensamentos e não dogmas.

A tolerância elimina a disputa e desenvolve a solidariedade entre as pessoas e isso trás a sua felicidade.

Se me permitem transcrevo:

«Se isso não for verdade, estou errado.» – Voltaire, *"Tratado Sobre a Tolerância"*.

E transcrevo também, num outro domínio:

«Apesar do elevado preço que pagamos pelos "delírios racionalizadores" que procuram impor leis à história e minuciosamente planificar todo o futuro, o progresso económico e científico dos últimos séculos exibiu uma prodigiosa fecundidade. E, além disso, o livre exame rebelde a toda

a dogmática, a recusa de qualquer autoritarismo, seja científico ou político, venha encoberto numa tradição compulsiva ou disfarçado numa promessa redentora, o respeito da autonomia pessoal e o elogio da tolerância, enfim, constituem uma herança preciosa, arduamente incorporada pela "Razão" nas instituições jurídicas, políticas e sociais em que hoje identificamos o Estado de Direito». – *"Teoria Geral do Controlo Jurídico do Poder Público"*, de Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos.

Considero, como já escrevi, que a tolerância, hoje, tem de começar em casa, onde sistematicamente temos de fazer a paz por sermos diferentes, ao fim e ao cabo o entendimento, ao menos parcial, da pós-modernidade de Michael Walzer, *"On Toleration"*, 1997.

Não queremos a tolerância da desistência que levou o último enforcado em Montalegre, José Fernandes Begueiro, a entregar-se à justiça da forca por cansado de fugir.

Um dado novo e último, porque sou optimista.

Não é verdade o verso de Joaquim Pessoa:

«Terá mais fome o filho do meu filho».

Porque temos os jovens que construirão, na minha esperança, um outro futuro (em minha casa a Cristina) em que as pessoas sintam que cada uma é uma igual e dissemelhante, como se apenas duas existissem, no texto de Joaquim Pessoa:

«Cada vez nos temos mais apenas
Um ao outro.»

Ou ainda,

«Portanto temos
Primeiro o homem
Depois a palavra
E por fim o poeta.»

Ao fim e ao cabo, com António Gedeão, esse animal racional a que discriminatoriamente chamamos homem, excluindo a mulher, mas que é pessoa, tem uma definição complexa, por isso que ele escreveu:

«Inútil definir este animal aflito.»

Mas é importante que ele olhe para si e assuma a sua dignidade e, assim, a do outro.

Gedeão escreveu *"Lágrima de Preta"*:

«Nem sinais de negro,
nem vestígios de ódio.
Água (quase tudo)
e cloreto de sódio.»

Poderia terminar com Popper – *"Em Busca de um Mundo Melhor"*, agradecendo a vossa atenção e ficando à espera dos vossos ataques à minha argumentação.

Mas não é o caso.

O caso é que o homem concreto, cada pessoa, cada um de nós e dos outros, tem de pôr a mão na sua interioridade e animalidade e então saberá que o "sonho comanda a vida".

Obrigado e também a minha mulher Cândida, que me aturou na preocupação deste texto, e à Manuela, que o escreveu sobre o meu pensamento alto. Falo do som.